

**ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registro e agradeço a presença das professoras Marcia Filipus, do município de Itaquiraí, Orlândia Estefanello Arce e Pamela Partena Tsilfidis, da Escola Estadual Marcílio Augusto Pinto, do município de Iguatemi. Agradeço também a presença de todos os alunos que estão nos visitando hoje. A Assembleia Legislativa é a Casa da democracia e do povo sul-mato-grossense. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Quatro da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidas as seguintes proposições: Mensagem nº 24/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 144/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 2.410/2024, da Presidência da República; Ofícios nºs 6 e 7/2024, do Ministério da Defesa; Ofício nº 68/2024, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 66/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nº 103/24 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Ofício nº 7.057/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.814, 1.817, 1.818, 1.819, 1.839, 1.857 e 1.864/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 6.211/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 99/2024, da Empresa de Transportes Andorinha S/A; Carta nº 542/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Paulo Duarte, Caravina, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, João Henrique, Zeca do PT, Junior Mochi e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelas deputadas Gleice Jane e Lia Nogueira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Pedrossian Neto. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 274/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi retirado da Ordem do Dia, a pedido do autor, o Projeto de Lei nº 69/2024. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 203/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 99/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Antônio Carlos de Azevedo Perez;

*requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Idalina Oliveira dos Reis; requerimento de informações, de autoria da deputada Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Caravina, Zeca do PT e Antonio Vaz. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de junho do ano de dois mil e vinte e quatro.” Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente. Solicito aos deputados que não se inscreveram, que registrem a presença.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores e senhoras deputadas. Quero cumprimentar todos da escola do município de Iguatemi. Estão aqui a diretora, as professoras e as crianças. Sejam muito bem-vindas à Assembleia Legislativa; ficamos felizes com a visita de vocês. Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo expediente a ser lido, passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente. Quero cumprimentar aqui os jovens da escola de Iguatemi, acompanhados dos professores. É um prazer recebê-los aqui em nossa Casa de Leis. Senhor presidente, eu trago hoje um requerimento. Requeiro à Mesa, em conformidade com o artigo 160, inciso V e artigo 174 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando as seguintes informações relativas aos policiais civis, policiais militares e policiais penais do estado de Mato Grosso do Sul: I - Quantos policiais civis, militares e penais foram mortos em atividade nos últimos cinco anos? II - Quantos policiais civis, militares e penais tiveram incapacidade permanente em razão de atividades desempenhadas nos últimos cinco anos? Senhor presidente, o motivo desse requerimento é colher essas informações, para a gente pode indicar e apresentar política pública em favor desses policiais e dos familiares, no caso de morte no exercício da função. Então, a ideia inicial é encaminhar esse requerimento para que a gente possa ter essas informações, e a partir daí apresentar políticas públicas para minimizar essa situação. Também trago uma indicação, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia para o diretor-presidente da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e TV Educativa (Fertel), senhor Elias Mendes de Oliveira, solicitando estudos de viabilidade técnica no sentido de promover a instalação de antenas wi-fi ao longo da rodovia MS-040, tendo em vista tratar-se de uma via de grande extensão que totaliza duzentos e quarenta e quatro quilômetros, e que atualmente enfrenta problemas de falta de sinal de celular em grande parte de sua extensão, situação que pode gerar sérias

consequências, especialmente em casos de emergências ou outras situações que requeiram comunicação imediata. Senhor presidente e deputado Paulo Corrêa, eu queria chamar a atenção para essa indicação. Quando eu era secretário de Governo, a Fertel fez uma ampliação no contrato com a Claro, de atendimento das antenas de retransmissão da TVE nos municípios do estado, passando de pouco mais de vinte retransmissoras para mais de sessenta; esse era o contrato com a Claro. E a gente tinha feito um pedido, naquela oportunidade, para que pudéssemos utilizar esse sinal da Claro para melhorar o sinal de telefonia na MS-040. Nós sabemos que aquela rodovia, junto com a BR-267 e a BR-262, está em processo de estudo para concessão. Mas, enquanto isso não acontece, a possibilidade de a Claro — numa parceria com a Fertel — colocar pontos de wi-fi gratuitos para os usuários da rodovia, vai ajudar muito. Eu tenho acompanhado situações de acidentes graves na MS-040, onde as pessoas não conseguem se comunicar, seja para pedir auxílio ou para poder se deslocar, porque não tem nenhum sinal. Desde a saída de Campo Grande, em torno do KM18, até a chegada em Santa Rita do Pardo, são mais de duzentos e vinte quilômetros com um vazio de comunicação. Então, eu estou encaminhando essa indicação para que o presidente Elias, da Fertel, continue essa tratativa com a Claro, para que ela possa colocar pelo menos três a quatro pontos de wi-fi gratuito, para que, em casos de eventual acidente ou quebra de veículo — enquanto essa rodovia ainda não tem uma estrutura adequada — as pessoas possam se comunicar e ser atendidas. Quando eu estava no governo, eu tive essa conversa com a Claro; e agora estamos pedindo ao presidente Elias que retome isso, porque eu tenho certeza vai ser de importante valia para auxiliar aqueles que trafegam pela MS-040. Eu acredito, deputado Pedro Kemp, que colocando três ou quatro pontos nesse trecho de duzentos e vinte quilômetros, teremos sinal a cada cinquenta quilômetros, com placa indicativa; e a pessoa, tendo conhecimento disso, vai saber onde conseguir um sinal de wi-fi para se comunicar. No primeiro contato que nós fizemos, ainda no ano de 2023, a Claro disse que tinha interesse em prestar esse serviço; então queremos continuar essa tratativa que, com certeza, vai ter o apoio desta Casa de Leis. Por hoje é só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero apresentar uma moção de congratulação à Prefeitura de Porto Murtinho, pelo Prêmio Nacional Sebrae "Prefeitura Empreendedora". Este reconhecimento é de extrema importância para a nossa cidade, e parabeno o prefeito Nelson Cintra por esta conquista, que valoriza imensamente o trabalho e os esforços dedicados ao desenvolvimento local. Aproveitando a oportunidade, eu gostaria também de apresentar uma moção de congratulação referente a uma melhoria realizada aqui na Casa. Tivemos ontem uma reunião com Isaque, onde discutimos a transformação de um espaço que anteriormente era utilizado para preparar café debaixo da escada. Agora, este local se tornou um espaço digno, equipado com geladeira e ar condicionado, proporcionando mais conforto e funcionalidade. Além disso, é com pesar que informo o falecimento da senhora Maria Lúcia de Oliveira — mãe do nosso garçom Isaque — ocorrido na madrugada de hoje. A dona Maria Lúcia, nascida em 25 de outubro de 1931, deixa um legado de carinho e dedicação. Ontem, o Isaque não pôde estar presente, devido ao passamento de sua

mãe, por isso hoje apresento essa moção de pesar. É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que nos assistem, apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao diretor-presidente da CCR MSVia, senhor Roberto de Barros Calixto, e ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando o retorno da instalação dos redutores de velocidade na rodovia BR-163, no trecho urbano do município de Bandeirantes. Aproveitando esta oportunidade, eu gostaria de destacar que a CCR MSVia removeu todos os radares da rodovia BR-163, mas eu acho que eles poderiam permanecer no perímetro urbano, porque aumentou a velocidade do tráfego, e lá em Bandeirantes aconteceram alguns acidentes. Em algum momento poderá haver perda de vidas, porque a rodovia cruza o meio da cidade, e as carretas estão passando com a velocidade muito acima da permitida. Era só isso, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Em primeiro lugar, quero comunicar à Casa que Vossa Excelência me determinou, por meio de uma portaria, representar a Assembleia na condição de coordenador da Frente Parlamentar da Rota Bioceânica, no V Encontro da Rota Bioceânica, a ser realizado nos dias 19, 20 e 21 de junho, em Filadélfia e Loma Plata, duas colônias alemãs no Chaco paraguaio. Portanto, como amanhã é feriado, quero dizer a Vossa Excelência que na próxima semana estarei viajando, até porque na terça-feira à tardezinha ocorrerá a recepção lá em Filadélfia, onde estarei representando a Assembleia. Em segundo lugar, senhor presidente, quero me somar à demanda que o deputado Caravina mencionou. Eu e o deputado Pedro Kemp estivemos ontem com o governador, e ponderamos para ele que este estado precisa resolver o problema da telefonia móvel rural. Para Vossa Excelência ter uma ideia, deputado Caravina, no final do ano eu peguei a dona Gilda e os netos, e pernoitamos em Pedro Juan Caballero. No outro dia, a partir das 7h da manhã, atravessamos, de norte a sul, o Paraguai. Às 6h da tarde nós estávamos em Encarnación, na divisa com a Argentina; e ao longo de oitocentos quilômetros havia telefonia móvel em tempo real. A minha filha, que viajou com a gente, ia fazendo reserva para o hotel normalmente. Em nossa pousada — que fica na beira do rio Apa — quando o turista sai para pescar leva um chip da Tigo, porque lá funciona apenas a Tigo, nenhuma outra operadora. Por essas razões, eu apresentei ao governador um projeto inspirado nos modelos do Piauí e do Ceará, algo que se mostrou de grande interesse para ele. Esse projeto visa identificar os vazios rurais que necessitam de antenas de telefonia móvel. A proposta envolve a instalação de cem antenas no estado, por meio de uma licitação com empresas como Oi e Vivo, enfim, oferecendo uma isenção de

impostos por vinte a trinta anos. Embora o estado não arrecade diretamente, essa iniciativa resolverá os problemas de telefonia móvel nas áreas rurais, beneficiando a população local. Em terceiro lugar, senhor presidente, na próxima semana vou apresentar um requerimento ao Sebrae perguntando sobre os critérios utilizados para conceder o Prêmio Prefeito Empreendedor. Deputado Paulo Duarte, Vossa Excelência conhece o Sebrae... Sinceramente, nunca vi Nelson Cintra como empreendedor de nada — a não ser de besteira — para merecer tal prêmio. Estou pensando em propor ao presidente Lula repensar a "dinheirama" que vai para o Sistema S, pois é muito dinheiro para dar nas mãos do latifúndio, fazendo política para eles. É isso, senhor presidente. Para concluir, apresento rapidamente três indicações: ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia aos senhores Washington Willeman de Souza, da Agraer, ao senhor Humberto Melo Pereira, e ao superintendente da Funasa, Mário Rosa da Silva, solicitando a disponibilização de uma bomba captadora de água para atender às necessidades dos moradores da colônia Ingazeira, localizada no município de Porto Murtinho. A outra indicação é para o superintendente do Dnit, Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando, com urgência, a instalação de um redutor de velocidade no KM16 da rodovia BR-060, especificamente em frente ao assentamento Guaviral, localizado no município de Bela Vista. Outra indicação vai para o superintendente do Banco do Brasil, senhor Omar Vasconcelos, bem como ao superintendente da Caixa Econômica Federal, Augusto César Villalba, solicitando a viabilização de novas linhas de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para pesca e aquicultura, para aquisição de novos barcos e motores pelos pescadores profissionais e artesanais das colônias de pescadores do estado; neste caso, em particular, de Coxim. A justificativa desta indicação é a reclamação generalizada dos pescadores profissionais deste estado, que buscam informações nas agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e são desestimulados do pleito, com o argumento de que o Banco do Brasil não possui recursos do Pronaf para essa finalidade, o que é extremamente estranho, senhor presidente. O presidente Lula disponibilizou milhões de reais para o programa de financiamento da agricultura familiar, e eu, sistematicamente, tenho feito reclamações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal pelo desprezo que demonstram com os pequenos agricultores, com os índios, com os quilombolas e agora, também, com os pescadores. Deputada Mara Caseiro, a senhora é coordenadora da Frente Parlamentar da Pesca, não é? Nós temos que tomar uma atitude. O banco não pode continuar se negando a financiar os pescadores de Mato Grosso do Sul. Para encerrar, senhor presidente, eu gostaria de elogiar e agradecer a presença dessa criançada, dessa moçada de Iguatemi. Não sei se vocês sabem, mas tivemos uma das mais brilhantes figuras do PT — brutalmente vítima de um acidente, onde veio a falecer — como prefeito de Iguatemi, aquela cidade querida, simpática e hospitaleira. Sejam bem-vindos!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, hoje eu não tenho indicação, mas quero registrar a presença da Escola Estadual Marcílio Augusto Pinto, da nossa querida Iguatemi. Cumprimento as professoras Orlândia e Pâmela, pela grande ideia e o projeto de trazer essas crianças e adolescentes aqui hoje. Isso é uma lição, uma aula de cidadania. Eles vão aprender sobre o que faz um deputado estadual,

como a Casa de Leis funciona e a importância de promover a educação legislativa desde essa idade. Parabéns a todos os estudantes aqui presentes. Sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Acompanhem um pouco o trabalho de todos os deputados. Somos vinte e quatro deputados, incluindo três deputadas nesta Casa. É um prazer recebê-los aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando a implementação de uma ciclovia com iluminação adequada na MS-156, em um trecho de aproximadamente sete quilômetros, no distrito de Montese, no município de Itaporã. Justificativa. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Hítalo dos Santos Martinez. Trago também hoje um projeto de lei que dispõe sobre o Programa Meu Primeiro Emprego, objetivando ações voltadas à inserção de jovens no mercado de trabalho, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Estabelece o Programa Meu Primeiro Emprego, no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul, visando a ações dirigidas para a capacitação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, incorporando-os nos mais diversos segmentos da economia. Artigo 2º - São objetivos e intenções do Programa Meu Primeiro Emprego: I - Estabelecer políticas de incentivo à qualificação e formalização dos jovens trabalhadores e jovens autônomos; II - Estabelecer parceria com entes da iniciativa privada, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, a fim de viabilizar a contratação de jovens aprendizes, com a finalidade de criação de novos postos de trabalhos formais para jovens, respeitando as diretrizes da Lei Federal nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude; III - Estimular programas de apoio à gestão e ao desenvolvimento de cooperativas de trabalho, incubadoras tecnológicas e projetos de economia solidária; IV - Desenvolver projetos de qualificação e requalificação profissional de jovens; V - Implementar, nas áreas de políticas públicas de assistência social, o trabalho solidário, inserindo os jovens profissionais nos programas oficiais e conveniados de: apoio a creches, asilos, associações de moradores, adolescentes e jovens, habitação e de portadores de necessidades especiais; VI - Realizar ações de orientação e apoio aos jovens, oferecendo informações sobre o mercado de trabalho, elaboração de currículos, preparação para entrevistas e demais aspectos relacionados a busca por emprego; VII - Realizar parcerias com órgãos públicos, entidades e instituições, para a oferta de cursos e capacitações gratuitas aos jovens participantes do programa; Artigo 3º - O programa deve atender com prioridade os jovens em situação de desemprego que não tenham possuído vínculo formal anterior, integrantes da família com renda mensal per capita de até um salário mínimo, ainda observados os demais requisitos desta lei. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores, e aqueles que nos acompanham pela TV e pela Rádio Alems. Tenho aqui um projeto de lei que torna obrigatória a informação ao consumidor sobre a presença do composto Bisfenol A (BPA) nos produtos e embalagens plásticas comercializadas no território sul-mato-grossense, e dá outras providências. Artigo 1º - Torna obrigatória a comunicação de maneira explícita, ostensiva e adequada ao consumidor sobre a presença do composto Bisfenol A (BPA) nos produtos e embalagens plásticas comercializadas no território sul-mato-grossense. Parágrafo único - Os produtos e embalagens referidos no caput são aqueles que possuem o composto Bisfenol A (BPA) e que são ou podem ser utilizados ou reutilizados pelo consumidor para acondicionamento de produtos alimentícios e bebidas. Artigo 2º - O descumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, nos termos dos artigos 56 e 57, devendo a multa ser estipulada em regulamentação própria e revertida para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor. Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei para garantir a sua aplicação e fiscalização. Artigo 4º - A obrigatoriedade constante nesta lei será aplicada apenas aos produtos e embalagens plásticas fabricados ou adquiridos para comercialização após a entrada em vigor desta lei. Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor após sessenta dias da data de sua publicação. Justificativa: O BPA, também conhecido como Bisfenol A, é um composto químico que serve de matéria-prima para a produção de diversos tipos de plásticos, como policarbonato, PVC, resinas epóxi e muitos outros. Atualmente, o uso do BPA é proibido apenas para mamadeiras, pratos, garfos, colheres e facas usadas por crianças. Nada impede que ele seja encontrado em outros produtos. Vale ressaltar que o BPA é liberado gradualmente do plástico com o passar do tempo, mas o aquecimento, resfriamento ou contato com algum alimento de pH ácido acelera a liberação deste composto, que passa para a comida e entra em nosso corpo. Assim, é de extrema importância exigir que haja ao menos a informação adequada ao consumidor sobre a presença ou não de BPA nos produtos e embalagens plásticas comercializadas no território sul-mato-grossense. Desta forma, o que se busca com o referido projeto é ampliar o direito de informação clara e adequada ao consumidor sul-mato-grossense sobre a existência dessa substância nas embalagens comercializadas aqui, bem como assegurar o direito de escolha por aqueles livres de BPA, fundamentado nos artigos 6, 9 e 31 do Código de Defesa do Consumidor. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor José Martiniano, vereador do município de Cassilândia, e também do nosso amigo André Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento a população que nos prestigia com a presença, a imprensa e quem nos assiste. Hoje venho apresentar apenas uma indicação. Confesso que não esperava estar nesta Casa para apresentar uma indicação para religar os radares controladores de velocidade. No entanto, é um pedido da população de Bandeirantes,

devido ao desligamento dos três radares na travessia urbana da cidade. Tem havido muitos acidentes por conta disso, e esta é uma solicitação importante da população de Bandeirantes.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Caro deputado, só para registrar, o deputado Zé Teixeira já fez o mesmo requerimento encaminhando ao Dnit e à CCR MSVia, então, se a gente puder fazer um só... Podemos fazer os dois juntos?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza, os dois juntos. Eu não imaginava que viria aqui para solicitar religação dos radares, mas a população solicita, em função dos acidentes e do risco. As pessoas observam que os radares não estão funcionando, com isso não respeitam o limite de velocidade na travessia urbana da cidade Bandeirantes.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu também tinha feito essa solicitação, a pedido do prefeito Gustavo. No final de semana morreu uma pessoa atropelada lá em Bandeirantes.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em nome da educação de trânsito, não tenho problema nenhum em ter limite de velocidade. A pessoa que não respeita e fica bravo porque paga multa... Eu não tenho problema algum, sou favorável, e posso assinar junto o requerimento. O requerimento vai ser em conjunto. Encerrado o Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, ontem o deputado ex-governador Zeca do PT falou da questão das queimadas e dos focos de incêndio, então eu quero relatar que estive hoje de manhã com o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Frederico. No dia 18 de junho, equipes do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio e do Ibama estarão aqui para ajudar o governo do estado nessa questão do combate aos incêndios com aeronaves. O governo tem seis aeronaves destinadas ao combate no Pantanal, além de brigadistas e do Corpo de Bombeiros. Quero aproveitar a presença do professor Natálio Abraão, meteorologista, para dizer que a expectativa de chuvas para o Pantanal este ano é desastrosa. Junho e julho são meses de baixo volume de chuva. A média nos últimos anos, para esse período, era de vinte milímetros, porém, choveu apenas um milímetro no município de Corumbá, deputada Mara Caseiro. Portanto, haverá queimadas, pois é um espaço muito grande; e precisamos de uma presença mais forte do governo federal, algo que vai iniciar com essa reunião da semana que vem. Mas o problema é sério, deputado Zeca do PT. Vossa Excelência, que conhece muito bem o Pantanal, sabe que as nascentes do rio Paraguai, localizadas no Mato Grosso, estão sendo devastadas, com a mata ciliar sendo totalmente destruída. Isso reduz o volume de chuva e nos coloca em risco de um processo de desertificação na região oeste do Pantanal. Não adianta só cobrar do Corpo de Bombeiros, pois isso é apenas resolver a consequência; mas a causa é muito clara.

Para quem não acredita que as coisas mudaram, que o volume de chuva diminuiu e as temperaturas aumentaram, basta olhar o que está acontecendo. É uma tragédia anunciada numa região que conhecemos, que passa pelo Pantanal. O que está acontecendo hoje é terrível! Não se trata de achar culpados, mas de começar a olhar para frente, caso contrário as futuras gerações serão comprometidas. O Pantanal e o rio Paraguai podem enfrentar uma tragédia semelhante à que ocorreu com o rio Taquari. Se nada for feito, o rio Paraguai vai secar e o Pantanal se tornará um deserto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 01931/2024, 01930/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01929/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 01894/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01928/2024); um requerimento (Prot. nº 01927/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 01935/2024, 01918/2024, 01919/2024, 01920/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 01916/2024, 01915/2024, 01914/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 01922/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01924/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 01925/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 01926/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 01923/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 01934/2024, 01933/2024, 01932/2024).). Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Por mais estranho que possa parecer, peço pela ordem para fazer um registro. Mais uma vez, o governador Eduardo Riedel me surpreendeu positivamente pela sua enorme sensibilidade. Eu e o deputado Pedro Kemp tivemos ontem uma audiência com as instituições vinculadas à agricultura familiar; e o governador Eduardo Riedel, além de mostrar sensibilidade, demonstrou compromisso e conhecimento a respeito do que ele pretende para a agricultura familiar do nosso estado. No dia 1º de julho — muito provavelmente — através da Fundect, será lançado um programa de residência agrária. Os universitários de Agronomia e Veterinária vão receber uma compensação financeira do governo do estado para prestar serviço nos assentamentos, assim como os residentes médicos fazem nos hospitais. Ao final do período de dois anos, eles terão uma certificação da universidade, reconhecendo que cumpriram com a jornada e se especializaram na agricultura familiar. Combinamos isso com o governador, além da assinatura de um convênio com a Funasa, para acelerar a perfuração dos poços artesianos nas aldeias, assentamentos e comunidades quilombolas. Também acertamos um programa de parceria entre o governo do estado, o Incra e o MDA, para resolver o problema da água nos assentamentos do Pantanal. Deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência, como grande produtor, sabe que no Pantanal se fura duzentos metros e não há água adequada para o consumo humano; então vamos fazer um programa para resolver o problema da água. Por último, o governador requisitou para si a autorização de um processo seletivo para contratar mais cerca de cem funcionários para a Agraer, que atualmente tem em torno de dez escritórios fechados por falta de pessoal. Para concluir, presidente, estou absolutamente convencido de que, nessa parceria da Comissão de Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Indígena e Quilombola — que presido nesta Casa — com instituições como

Incra, MDA, Sesai, Funai e Funasa, vamos poder construir, junto com o governo do estado, um projeto que em quatro, seis ou oito anos nos permitirá comemorar a colocação da agricultura familiar do Mato Grosso do Sul em um novo patamar. Obrigado, senhor presidente. Viva a agricultura familiar! Viva a reforma agrária! Brasil no caminho certo!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, como disse o deputado Zeca do PT, nós estivemos ontem na Governadoria, e — para complementar a informação que o deputado Zeca do PT acabou de passar — além de discutirmos todos esses projetos que o deputado apresentou para o governador, da agricultura familiar, no final da entrevista nós conversamos um pouco sobre as queimadas no Pantanal, até porque, ontem, na sessão, houve uma discussão aqui, e o governador Riedel nos informou que existe aqui uma central de monitoramento, portanto, todos os focos de queimadas que existem no Pantanal estão sendo monitorados. O governador nos convidou para visitar essa central e disse que hoje, no Pantanal há, pelo menos, cento e cinquenta homens do Corpo de Bombeiros atuando para debelar esses focos de incêndio; e também mencionou parcerias com brigadistas. O deputado Zeca do PT esteve na reserva Kadiwéu, onde a comunidade indígena, muito preocupada também com as queimadas no Pantanal, normalmente se organiza para disponibilizar brigadistas da própria reserva para combater os incêndios. Mas eu confesso que não sabia, senhor presidente, dessa central de monitoramento das queimadas. O governador nos convidou para conhecer essa sala de situação, e nós vamos lá. O deputado pantaneiro aqui é o deputado Paulo Duarte. Eu e o deputado Zeca do PT vamos conhecer, na semana que vem, para que a gente, aqui na Assembleia, esteja em sintonia com esse trabalho do governo do estado, acompanhando esses focos de incêndio. E também quero dizer que o governador anunciou que teve uma reunião com o presidente Lula e outros governadores da região, para que haja uma ação conjunta dos estados no sentido de combater as queimadas, tanto aqui no Pantanal quanto na Amazônia e em outros biomas. Então, senhor presidente, na reunião de ontem, o governador disse que já liberou trinta milhões de reais para esse trabalho. É importante dar esse retorno aqui, porque só vemos notícias de queimadas. O governador disse que a situação de seca no Pantanal é preocupante e que o risco de o fogo se espalhar rapidamente é muito grande. Deputado Paulo Corrêa, se eu estiver errado, me corrija: são cento e cinquenta homens e mulheres do Corpo de Bombeiros, porque também temos a presença feminina no Corpo de Bombeiros. Então, senhor presidente, é importante fazer esse relato aqui, para que a Assembleia continue acompanhando esse trabalho que está acontecendo no Pantanal hoje. A seca já havia sido anunciada e poderia causar esses incêndios, por isso estamos enfrentando essa tragédia. Então, senhor presidente, era esse o informe. A deputada Mara Caseiro também parece que quer fazer um importante pronunciamento aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Vossa Excelência disporá de trinta minutos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Obrigada, presidente. Acho que essas são discussões muito importantes e válidas. Quando falamos sobre queimadas e incêndios no Pantanal, precisamos mesmo prevenir; e é bom saber que temos todo esse monitoramento sendo cuidado pelo governo do estado. Mas hoje, venho falar sobre algo positivo. Primeiro, quero registrar a presença da vereadora Márcia, da nossa querida Itaquirai, juntamente com os professores Marcelo, Kelly e Bruna Nayara; e também do Zé Martiniano, vereador de Cassilândia. Obrigada pela presença de vocês, é um prazer tê-los aqui conosco. Presidente, nós estivemos no 39º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), concorrendo à premiação na categoria Educação Legislativa. Foram cinquenta projetos sendo apresentados em Brasília e, dentre eles, na modalidade de educação legislativa, ficamos em 2º lugar. Em vinte anos de existência da nossa Escola do Legislativo nesta Assembleia, é o nosso primeiro prêmio recebido na Abel; isso, para nós, é motivo de muito orgulho e satisfação. Então, quero agradecer ao presidente deputado Gerson Claro e toda a Mesa Diretora, que têm dado todo apoio para que a Escola do Legislativo cumpra seu importante papel na educação legislativa. As pessoas talvez não considerem a educação legislativa tão importante, mas estamos falando sobre a formação de cidadãos, para que entendam o processo de uma Casa Legislativa, como a Assembleia Legislativa, uma Câmara Municipal ou o Congresso Nacional e suas competências. Além disso, ficam conhecendo seus direitos e deveres como cidadãos. Nós, da Escola Legislativa, fomos premiados por dois projetos. O primeiro foi o curso de Libras, instituído para os servidores públicos aqui da Casa, porque é muito importante saber acolher as pessoas com deficiências e respeitá-las em uma sociedade com muitas discrepâncias. O curso de Libras contou com quarenta e um inscitos, teve início em setembro de 2023 e término em março de 2024. Formamos vinte e oito servidores, com uma carga horária de sessenta horas; e tivemos três professores, todos servidores públicos desta Casa. O segundo projeto foi o concurso de redação, o primeiro instituído pela Escola do Legislativo na Assembleia Legislativa, do qual participaram cento e noventa mil alunos, de cento e noventa e oito escolas de sessenta e dois municípios. Quarenta escolas receberam prêmios, sendo que a pontuação média das redações foi 8,68. Tivemos sete parceiros nesse concurso, sendo um deles a Secretaria de Estado de Educação, sem a qual não teríamos conseguido realizar este projeto que teve duração de seis meses. Então, eu quero agradecer e parabenizar os servidores da Escola do Legislativo e, em nome deles, todos os servidores da Assembleia Legislativa: Ana Paula, Ângela, Jucira, Osvaldo, Patrícia, Rafaele, Valter Cacheado e Tiago, nosso diretor da Escola do Legislativo. Agradeço a todos e ressalto a importância de continuarmos com este trabalho essencial, que é promover a educação legislativa. Presidente, todo ano sai (desse encontro) uma carta de Brasília, uma carta das deficiências e do que foi debatido e discutido nesse encontro. O encontro foi de uma riqueza muito grande. Tivemos dois palestrantes que discorreram sobre a importância das escolas do legislativo em todo o estado e também suas funções, sobre qual sua competência e sobre o que elas fazem e como devem agir para promover essa tão importante educação legislativa. Vou, então, fazer a leitura da carta, e depois passaremos um vídeo institucional do programa, tanto do concurso de redação

como do curso de Libras. Já deixo claro que abrimos as inscrições para o 2º Concurso de Redação, que este ano será para o ensino fundamental, do primeiro ao nono ano, incluindo desenho, para que os alunos das séries iniciais também possam participar. O tema continua sendo os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável, que discorrem sobre tudo que desejamos de bom para o nosso país e para o mundo. Portanto, convido as escolas que ainda não se inscreveram a se inscreverem no site da Assembleia Legislativa e da Escola do Legislativo Ramez Tebet. Então vamos à leitura da carta: "A Abel reúne-se pela trigésima nona vez com muito a comemorar, e há diversas dúvidas e ponderações sobre seus rumos e caminhos a serem trilhados. Na abertura do evento, o presidente Roberto Lamari, ao desejar boas-vindas as participantes, destacou o número recorde de inscritos e lamentou a ausência dos participantes do Rio Grande do Sul, e se solidarizou, em nome da associação, com os colegas, as Casas Legislativas e com a população afetada pela enchente histórica, ao mesmo tempo que destacou a rede de solidariedade vista em todo o País. Foi assinado um Termo de Colaboração à Rede de Cooperação no âmbito da Equidade, Inclusão e Diversidade, com foco em gênero e raça, com o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, a Companhia de Recursos Minerais, o Ministério Público do Trabalho, a Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal Superior de Justiça, com vistas a promover a diversidade, a equidade e inclusão na gestão pública, com abordagem transversal e interseccional, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. No âmbito das comemorações da Lei nº 14.798/2024, que instituiu o Dia Nacional da Educação Legislativa, a ser celebrado, anualmente, no dia 15 de maio, dia da criação da Abel, em 2003. Foram realizados, em todo o país, mais de cento e trinta atividades, entre palestras, apresentação de trabalhos, mesas redondas, lives e seminários, que proporcionaram análises sobre os trabalhos das Escolas do Legislativo e de Contas e a tomada de posição sobre os próximos desafios. Também foram apresentados trabalhos de doze escolas de todo o país. Na continuidade dos trabalhos, foram apresentadas duas palestras: "Uma Escola para o Legislativo" e "Escolas do Legislativo em Rede e a Longo Prazo", que incitaram discussões e reflexões sobre os trabalhos desenvolvidos nesses últimos vinte e um anos e os rumos que a Abel deve adotar. Das apresentações ficaram lições de que as escolas — como instituições permanentes do Poder Legislativo — são para a formação de seus servidores que atuam em arena política e, como órgãos de estado, devem ser um forte fiador da democracia, nos níveis federal, estadual e municipal, trabalhando de forma educadora, colaborativa, formativa e permanente. Que possamos focar, incentivar e, em último caso, reorientar, para que os programas sejam focados exclusivamente no Poder Legislativo, deixando que iniciativas díspares sejam tratadas em seus respectivos âmbitos, para que sejamos instituições de democracia, cidadania e ensino das atividades inerentes às nossas funções. Reconhecemos que o Poder Legislativo está em constante mutação, seja pela sua renovação a cada dois anos, seja pelas mudanças da sociedade contemporânea ou pelas tecnologias em constante evolução, que exigem aprendizado e aplicabilidade. A Abel nunca é a mesma de um encontro para o outro, seja pela mudança de seus dirigentes ou pelo ingresso de novos associados, com expectativas, recursos e conhecimentos diversos. Ela deve se estruturar para funcionar como uma rede colaborativa, fruto dos avanços tecnológicos e da experiência adquirida ao longo dos anos. Assim, a Abel se torna um elemento catalisador dessa metamorfose, ganhando reconhecimento e valorização ao manter e

apoiar as escolas, fomentar atividades e usar a criatividade para implementar soluções. Também foi recomendado que a Abel repense a forma dos encontros e a definição do que se espera das escolas, tornando-as eficazes no cumprimento das estratégias definidas". Essa foi a Carta de Brasília. Agora, peço à nossa equipe que passe o vídeo institucional. [Apresentação de vídeo institucional].

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Muito bem.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Quero agradecer à equipe de comunicação da Alems, que produziu esse vídeo que ficou tão maravilhoso. Obrigada. Aqui está o prêmio. Quero também agradecer e parabenizar a doutora Marlene, nossa presidente de honra da Escola do Legislativo. Eu estou lá, mas nosso cargo é passageiro, não é, deputado Pedro Kemp? Quero dizer a todos os deputados que a Escola do Legislativo pertence a cada um de vocês, e que é muito importante a participação de todos, para que possamos fazer uma escola inclusiva, participativa e com atividades que atinjam toda a sociedade do Estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permite-me um aparte, deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim, deputado Professor Rinaldo. Depois vou conceder um aparte ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado. Quero aproveitar para agradecer o presente que ganhei do pessoal do meu gabinete, e pela lembrança que recebo do nosso presidente no aniversário. Agradeço também à deputada Mara Caseiro pelo aparte concedido com a anuência do deputado Pedro Kemp. Primeiramente, parabeno Vossa Excelência pelo excelente trabalho com sua equipe no desenvolvimento da Escola do Legislativo. No meu primeiro mandato, tive a honra de nomear essa escola em homenagem ao Senador Ramez Tebet. Também nomeamos o Plenarinho, em memória do saudoso deputado Nelito Câmara, pai do nosso colega deputado Renato Câmara. É importante ocupar esses espaços, incluindo a juventude, no debate político, como na Escola do Legislativo, que instituímos através de um projeto de resolução de nossa autoria. O motivo deste aparte é ressaltar a importância da Escola do Legislativo para toda a equipe da Assembleia. Vossa Excelência foi homenageada lá na Abel, e é importante também, ver jovens vestindo a camisa da nossa escola estadual, pois isso nos traz alegria e motivação. Precisamos cada vez mais incluir nossa juventude neste tema vital para todos nós: a política. Nossos estudantes e futuros deputados serão os ocupantes dessas cadeiras em breve, não apenas aqui, mas também na Prefeitura de Campo Grande e até na presidência da república, porque há um tempo para todas as coisas; e o nosso tempo vai passar. A escola tem um papel fundamental em despertar o interesse pela política entre os jovens. No Brasil, há uma confusão entre política e politicagem, mas a Escola do Legislativo Ramez Tebet, presidida por Vossa Excelência com maestria, tem o papel de formar futuros cidadãos e líderes da sociedade. Agradeço novamente pela concessão do aparte, e parabeno Vossa Excelência pelo trabalho à frente da Escola do Legislativo Ramez Tebet.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputada Mara Caseiro, parablenzo Vossa Excelência pelo trabalho à frente da Escola do Legislativo. Eu estava comentando agora com o nosso presidente, e ele se lembrou uma frase do nosso educador maior: Paulo Freire, que disse que a educação não muda o mundo, não transforma o mundo, mas transforma as pessoas; e as pessoas transformam o mundo. Lembrando dessa frase sobre a importância da educação, a Escola do Legislativo educa através de atividades, eventos e parcerias com a sociedade, trazendo temas relevantes para nossa comunidade interna na Assembleia. Isso beneficia não apenas nossos servidores, mas também a comunidade externa. Quero aqui agradecer publicamente a Vossa Excelência por ter acolhido prontamente minha proposta de uma palestra com uma psicóloga — que aconteceu na semana passada — junto com o doutor Henrique, um excelente médico que também deu uma palestra muito importante para os nossos servidores. Quando eu lhe levei a proposta, Vossa Excelência acolheu prontamente, mostrando que a Escola do Legislativo está aberta a várias iniciativas e propostas, para que esse trabalho tenha cada vez mais continuidade aqui na nossa Casa, trazendo temas importantes para a formação dos nossos servidores e temas de interesse da nossa comunidade. Então, parabéns. Continue com esse trabalho brilhante.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputado Pedro Kemp. E que Deus continue nos abençoando. Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. O deputado João Henrique está inscrito no Grande Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, vou transferir.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito obrigado. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo, que disporá de dezoito minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Senhor presidente, talvez use apenas cinco ou dez minutos para relatar a reunião de ontem — presidida pelo nosso colega deputado Pedrossian Neto — junto com o deputado Roberto Hashioka, sobre o acompanhamento da reforma do estádio de futebol Pedro Pedrossian. O estádio, construído há cinquenta e três anos, vem se deteriorando ao longo das décadas. Coincidentemente, isso acontece na mesma época dos problemas recentes ocorridos com o presidente da federação de futebol. Essas questões estão sendo resolvidos pelo governo do estado, que teve uma reunião com todos os presidentes e diretores de clubes na sexta-feira passada, e acreditamos que em breve essa situação será resolvida. Ontem, tivemos uma reunião produtiva, onde o governo destinou nove milhões de reais para a reforma do estádio. A Fapec, em parceria com a UFMS, está acompanhando o processo, e já realizou algumas adequações nos banheiros, gastando cerca de dois milhões e meio (dos nove milhões disponíveis); o restante está reservado para futuras execuções. Conforme discutido na reunião de ontem, que contou com a presença do Ministério Público, da Fapec, do presidente interino da federação de futebol, representantes da Procuradoria Geral do Estado, o

doutor Wagner. Concluímos que o melhor caminho para resolver a situação do estádio é ... Para se ter uma ideia, deputado Zeca do PT, no estádio começou a nascer pé de melancia e outras frutas, se tornando praticamente um local de hortaliças [sic]; e a gente lamenta profundamente. Este retrato reflete onde chegou o estádio do nosso futebol, perdendo, praticamente, para o Brasil inteiro. Nós estamos em 25º lugar no ranking dos vinte e sete estados da federação, estando à frente apenas de Rondônia e Amapá. Isso é motivo de tristeza e vergonha para todos nós que amamos o esporte, e para Vossa Excelência, como botafoguense de coração, que também é apaixonado pelo esporte. Ontem ouvimos uma sinalização por parte do governador Eduardo Riedel, que fez uma proposta para assumir a concessão do estádio de futebol. Entendemos que, pelo andar da carruagem, será necessário um investimento muito maior do que inicialmente previsto. O representante da Fapec mencionou que estimam um gasto médio de trinta e oito milhões de reais. Eu conversei com o deputado Roberto Hashioka, que é engenheiro, e ele explicou que para atender à Lei nº 14.597/2023, sancionada pelo Governo Federal no ano passado, será necessário um investimento ainda maior, especialmente em acessibilidade. Acreditamos que o prazo para a entrega do estádio, inicialmente previsto para o campeonato sul-mato-grossense do ano que vem, será estendido, demandando um aporte significativamente maior de recursos. Neste momento, apenas o governo do estado terá condições de realizar as reformas estruturais necessárias e, possivelmente, assumir a administração do estádio por um período determinado. Isso dependerá da articulação entre o governo, a reitoria e os clubes. Assim, considero importante o governo assumir a concessão do Moreirão, um estádio criado há cinquenta e três anos, inicialmente para atender aos alunos e à classe acadêmica, mas que há mais de três anos não tem atividades acadêmicas. Como servidor da universidade há trinta e nove anos — a serem completados no dia 1º de julho —, é triste ver um estádio de tal magnitude, com capacidade para mais de quarenta mil pessoas, praticamente abandonado. A reunião de ontem foi importante, e acredito que chegamos a um desfecho esperado. Ontem mesmo foi protocolado um documento pela secretaria específica, comandada por Marcelo Miranda, com o aval do governador Eduardo Riedel, propondo à reitoria a concessão do estádio. Um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Agradeço a oportunidade, deputado Professor Rinaldo, e quero parabenizá-lo pelo assunto que trouxe à pauta. Enalteço novamente a participação da Assembleia, representada pelo deputado Pedrossian Neto e por Vossa Excelência, e manifesto aqui nossa preocupação com o estádio de futebol. Ontem mesmo, falando de Mato Grosso do Sul foi, o coronel Nelson, presidente do Operário, comentou que somos como uma ilha, cercada por São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas, todos com times na Série A, enquanto nosso estado tem time na Série D. Estamos aquém do que gostaríamos para um estado tão pujante, com um belo estádio — como bem mencionou Vossa Excelência — construído em 1971 pelo saudoso governador Pedro Pedrossian, com capacidade para quarenta a quarenta e cinco mil pessoas. Será um belo cartão postal depois de revitalizado; e será um grande desafio. Então, enalteço a decisão do governo de assumir o estádio por meio de concessão; e precisará buscar uma parceria público-privada para realizar os investimentos necessários. Segundo o técnico da Fapec, já foram gastos três milhões e oitocentos mil reais na recuperação dos banheiros, mas ainda são necessários mais trinta e um milhões de reais, sem contar com a recuperação do

gramado e da iluminação. Além disso, o promotor, o doutor Luiz Eduardo, trouxe à tona uma questão fundamental que hoje é inerente aos estádios com essa capacidade: a exigência de reconhecimento facial, que necessita de todo um sistema integrado de tecnologia e que também demanda muitos recursos. Então o governador Riedel se coloca como parceiro para buscar uma solução através da concessão do estádio, para recuperá-lo. Entendo também que é muito importante a participação da Assembleia, presidente, pois temos destacado essa oportunidade para que Mato Grosso do Sul possa participar efetivamente do futebol nacional. Era isso, deputado. Parabéns pela sua colocação.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço e concluo, senhor presidente, dizendo que mesmo em um curto espaço de tempo...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vou complementar, se me permitir tamanho desaforo. Entendo fundamentalmente o pronunciamento que Vossa Excelência faz sobre a modernização e recuperação do estádio. Vi também o deputado Pedrossian Neto falando sobre isso na internet. No entanto, isso é preciso estar alinhado, necessariamente, com a modernização da federação e com o afastamento definitivo do indivíduo que está preso ou usando tornozeleira. Precisamos modernizar e democratizar a federação, ou então continuaremos andando para trás. Obrigado e desculpe.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Zeca do PT, insiro na íntegra o aparte de Vossa Excelência. Isso foi o tema central da nossa audiência pública na terça-feira passada. É uma pena que Vossa Excelência não pôde estar presente, devido a compromissos fora de Campo Grande. É inaceitável uma instituição ser presidida pela mesma pessoa por mais de duas décadas e meia. Acho que nem Fidel Castro esteve tanto tempo assim à frente [sic]. Está acordado que não haverá mais reeleição. Presidência da República, governo do estado, assim como a prefeitura e esta Casa Legislativa seguimos a mesma simetria verticalizada do nosso país. Aqui é permitida apenas uma reeleição. Deputado, eu não tenho dúvidas de que a decadência do esporte em nosso estado se deve a esse continuísmo ao longo de quase três décadas. Não entrarei no mérito da questão, pois está judicializado, mas concordo com Vossa Excelência que a recuperação do esporte sul-mato-grossense requer transparência, democratização e seriedade. Os recursos para investimentos no esporte não são majoritariamente públicos, sendo principalmente provenientes de parcerias público-privadas; mas qual empresário teria coragem de investir nessas condições? De norte a sul, de leste a oeste, todos concordam que "Enquanto 'fulano' estiver aí, o nosso esporte não vai avançar". Os presidentes e diretores de clubes deram um voto de confiança durante a intervenção de noventa dias, restando agora setenta e três. Nesse período, espera-se uma reformulação do estatuto da federação, que até mesmo os presidentes dos clubes desconheciam. Isso é algo inaceitável! Transparência e limitação de reeleições devem estar incluídas nesse estatuto para recuperar a credibilidade

necessária. Deputado Zeca do PT, a palavra-chave é credibilidade, para que possamos voltar a ter estádios lotados como nas décadas de 1970 e 1980. Senhor presidente, mais uma vez parabênzo Vossa Excelência, amante do futebol, pelo suporte dado para alcançarmos esse meio termo, permitindo agora ao governo a concessão para resgatar nosso esporte. Lembro ainda que no dia 18 de junho teremos uma apresentação à noite. Depois dos cinquenta anos você não joga mais; faz apresentação. Agradeço a atenção de todos os colegas e do público presente, seja pessoalmente, pela Rádio ou pela TV Assembleia. Muito obrigado, senhor presidente. Finalizo desejando um bom feriado a todos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Neste momento em que ouvimos um belo pronunciamento, importante e de conteúdo, do deputado Professor Rinaldo, quero registrar que o Botafogo é líder do Campeonato Brasileiro; ontem, massacrou o Fluminense.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Fez um golaço.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — 5 x 0. Ganhamos. É líder, e este ano — se bobear — nós vamos pegar a tríplice coroa: Brasileirão, Libertadores e Copa do Brasil [sic].

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vai deixar de ser estrela solitária. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Antes disso, quero registrar e agradecer a presença do senhor Adair Aparecido, vice-prefeito do município de Inocência; do senhor Josimar, o popular Oba Oba, vereador do município de Cassilândia, e também do senhor João Abussaf, embaixador do Turismo de Mato Grosso do Sul. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Gostaria da atenção dos senhores deputados. Quero colocar uma consulta sobre uma PEC e a LDO que estão em tramitação para serem votadas no primeiro semestre. Proponho que a CCJR devolva a LDO na próxima quarta-feira, após o feriado de amanhã, já que voltaremos à sessão apenas na terça-feira. Para isso, estabeleceremos o prazo de emendas até terça-feira, dia 18 de junho, às 12h. Isso permitirá que o relator da LDO inclua as emendas e as apresente na quarta-feira. Portanto, proponho uma votação simbólica para estabelecer o prazo de emendas até terça-feira, dia 18 de junho, ao 12h. Já há um acordo de liderança nesse sentido. Se os deputados forem favoráveis, permaneçam como estão. Se houver deputados contrários, que se manifestem. Aprovada a proposição. Todas as

emendas deverão ser entregues até às 12h da terça-feira, dia 18 de junho. Solicito ao deputado Paulo Corrêa que assuma a presidência para a votação do primeiro item da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não sei bem o que fazer, deputado Paulo Duarte, mas o senhor vai me assessorando. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 075/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "As operadoras de planos privados de assistência à saúde, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, devem informar às beneficiárias gestantes sobre o direito à cobertura ao atendimento nos casos de urgência e emergência". A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Rafael Tavares. Em discussão...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir o projeto, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — O objetivo desta proposição é assegurar o direito da gestante beneficiária de planos hospitalares sem obstetrícia a receber cobertura mínima para atendimento de urgência decorrente de complicações no processo gestacional. Atualmente, nobres pares, os serviços prestados na modalidade de contratos hospitalares sem obstetrícia estão vinculados apenas ao regime de internação hospitalar, sem limite de prazo e excluindo procedimentos obstétricos. Isso viola os direitos à vida, à saúde e à proteção do consumidor. No caso dos planos de saúde hospitalares sem obstetrícia, a redação do artigo 12º da Lei nº 9.656, de 1998, prevê que a cobertura mínima está vinculada à prestação de serviço em regime de internação hospitalar, sem limitação de prazo e excluindo os procedimentos obstétricos. Por outro lado, o mesmo artigo resguarda que o plano hospitalar com obstetrícia garante, além da internação, atendimento obstétrico e cobertura assistencial aos recém-nascidos durante trinta dias após o parto. Portanto, é essencial que os planos de saúde atendam essas necessidades das mães em um momento tão importante de suas vidas, quando estão dando à luz uma criança, às vezes em situações de urgência. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a discussão. Em votação. Bom dia, doutor Gabriel. Saudações corumbaenses. Você está com o representante maior da nossa Cidade Branca aqui nesta Casa, o deputado Paulo Duarte. Seja bem-vindo, amigo. Mais um grande projeto de autoria do nosso amigo, irmão, deputado Antonio Vaz. Parabéns, deputado. Parabéns ao campeão de projetos da Assembleia Legislativa. Cumprimento também a deputada Lia Nogueira. Um grande abraço. Em votação.

Projeto de Lei nº 075/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emenda. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 224/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. Retirado de pauta. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 351/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945/10, a Semana Estadual de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres - Campanha Laço Branco, e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o autor: deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, esse projeto que apresentei no ano passado visa instituir o dia 6 de dezembro como o Dia do Laço Branco, no Calendário Oficial de Mato Grosso do Sul. Esta campanha, realizada em diversos países, tem como objetivo combater a violência contra as mulheres, nesse caso, uma campanha que mobiliza os homens. A origem dessa campanha remonta a 1989, quando um homem de vinte e cinco anos entrou armado na Escola Politécnica de Montreal, no Canadá. Na ocasião, ele ordenou que os homens saíssem da sala de aula e assassinou quatorze mulheres, além de ferir outras quatorze, das quais dez morreram. Ele deixou uma carta contendo uma lista com o nome de dezenove mulheres canadenses que ele também desejava matar. Após o crime, ele cometeu suicídio. Esse crime chocou a sociedade canadense. Lá foi feita, pela primeira vez, uma campanha dirigida aos homens, para que se comprometessem na luta contra a violência contra as mulheres. Na primeira edição, foram distribuídos cem mil laços brancos para os homens comprometidos com essa causa. Hoje, a campanha do Laço Branco está presente em todos os continentes e em mais de cinquenta e cinco países, sendo apontada pela ONU como a maior iniciativa mundial para o envolvimento dos homens na temática da violência contra as mulheres. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, todas as formas de violência contra a mulher cresceram em 2022. Os números revelam que os feminicídios aumentaram 6%, resultando em mil, quatrocentos e trinta e sete mulheres mortas. As agressões em contexto de violência doméstica cresceram quase 3%, totalizando duzentos e quarenta e cinco mil casos. As ameaças contra as mulheres aumentaram 7,2%, chegando a seiscentos e dezesseis mil casos. Infelizmente, Mato Grosso do Sul ainda está entre os primeiros lugares em feminicídio e violência doméstica contra as mulheres, portanto, é essencial instituir no calendário do nosso estado a Campanha do Laço Branco, para que os homens se engajem na luta contra a violência dirigida às mulheres. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero cumprimentar o deputado Pedro Kemp pela ideia, sensibilidade e preocupação, características de um homem generoso. Esta Casa deve assumir a luta intransigente contra o preconceito, a violência e, neste caso, o feminicídio. Nada justifica o preconceito ou a violência, seja social, racial, sexual, ideológica ou de qualquer outra forma, especialmente contra a mulher; ainda mais hoje, que comemoramos o Dia dos Namorados. Acabei de enviar uma mensagem — modéstia à parte — charmosa e sentimental para a dona Gilda, celebrando nossos cinquenta anos de vida em comum, desde 1970, em Porto Murtinho. Tivemos momentos de dificuldades, vitórias, derrotas e desafios, e estamos juntos até hoje. Esse é o respeito que devemos ter, portanto, voto favoravelmente e cumprimento o deputado Pedro Kemp por sua generosidade e coração extraordinário. Viva as mulheres! Abaixo o preconceito, a violência e o feminicídio!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Parabéns, deputado Zeca do PT. Para discutir, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, em poucas palavras, eu gostaria de cumprimentar o deputado Pedro Kemp. Entendo que a luta contra essa chaga deve envolver diretamente os homens, que são os protagonistas desse desfecho tão terrível. Ontem, vi uma matéria sobre uma pessoa que esfaqueou sua ex-companheira na frente de uma criança, seu filho. Apesar de todas as leis — como a Lei Maria da Penha — e a presença da Casa da Mulher Brasileira, que funciona muito bem em nosso estado, percebemos que esse tipo de crime se repete diariamente. Então, quero parabenizar o deputado Pedro Kemp, pois não podemos admitir violência contra ninguém, de nenhuma espécie. Quando a pessoa não consegue convencer pelos argumentos, recorre à violência psíquica ou física, extrapolando os limites da razoabilidade, e acaba tirando a vida daquela pessoa que prometeu amar, resguardar e proteger em qualquer situação. Eu voto favorável. E já que hoje é o Dia dos Namorados, parabenizo o deputado Zeca do PT pelos cinquenta anos de convivência com a professora Gilda; meio século de vida em comum. Eu completo trinta e três anos de casamento com a Cris, a quem rendo minhas homenagens, estendendo-as a todas as mulheres de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Deputado Paulo Corrêa, ninguém é obrigado a conviver com sua companheira ou companheiro, mas temos a obrigação de respeitá-la ou respeitá-lo. Ninguém tem a obrigação de morar a vida toda com uma pessoa; e ninguém merece viver infeliz. Eu agradeço a Deus pela vida da minha eterna namorada, a professora e psicóloga Cristiane. Juntos há trinta e três anos, temos cinco filhos, e agora, no dia 25, espero meu quarto neto, o Zayon. A maior riqueza é ter uma família e viver em paz — esse é meu sonho para todas as famílias sul-mato-grossenses, independentemente de situação econômica, credo religioso ou time pelo qual torce e sob um teto feliz — porque a família é a célula máter da sociedade. Amo minha família e fico feliz em votar “sim” no projeto do deputado Pedro Kemp. Este projeto tem um caráter educativo e pedagógico, promovendo a política da paz, algo que deve começar cada vez mais cedo nas escolas e se espalhar por todos os segmentos da sociedade. Voto sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Na mesma seara do deputado Professor Rinaldo, quero parabenizá-lo, deputado Pedro Kemp, pelo projeto e pela importância de chamarmos a atenção dos homens. Eles são protagonistas de toda essa violência, infelizmente, em uma sociedade machista onde a quantidade de casos de violência doméstica e feminicídios é alarmante, por isso precisamos conscientizar os homens. Parabéns pelo projeto, especialmente sugestivo no Dia dos Namorados. Qualquer tipo de discriminação e violência deve ser refutada, mas a violência contra as mulheres é um câncer na nossa sociedade. Isso é especialmente grave quando a mulher decide sair de um relacionamento abusivo e o parceiro reage de forma nefasta e cruel. Parabéns pelo projeto. Voto sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lucas de Lima (do Amor sem Fim).

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Virou o Amor sem Fim aqui hoje.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — No Dia dos Namorados.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — No Dia dos Namorados. Não dá para competir com os deputados Professor Rinaldo e Zeca do PT, que hoje estão românticos até demais. Só quero parabenizar o deputado Pedro Kemp. Todo e qualquer projeto em prol das mulheres é mais do que necessário; e a mulher é vítima de violência todos os dias. Eu acho que o maior presente que a gente pode dar para alguém que está do nosso lado é o respeito, o carinho e o amor, e isso falta isso muito, hoje em dia, em muitos relacionamentos. E a mulher às vezes fica presa nesse relacionamento, porque não consegue sair de uma relação que ela acredita que é amor. Mas não é amor. É a falta do amor próprio, de a pessoa se amar e dizer: basta, não dá mais! Não é verdade? Vou mandar um "oi" para minha esposa. Não estamos casados há muito tempo; ainda estamos em lua de mel, são três anos juntos, mas ela é uma pessoa muito especial na minha vida (a Vanessa). Quero dizer que a amo muito — já aproveitando esse Dia dos Namorados aqui na Assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado. Eu queria dizer que o projeto está em votação. Esse projeto iluminou os nossos corações no Dia dos Namorados, deputado. Todos aqui estão homenageando as suas mulheres, e eu quero homenagear a minha também, a dona Adriana Corrêa. Estou mandando um beijo, um abraço e um coraçãozinho. O deputado Lucas Lima falou para eu mandar um coraçãozinho. Esse é para você, Dri, minha companheira. Como disse o deputado Zeca do PT... Só que ele fez conta errada. Ele falou setenta, e nós estamos em 2024, portanto são cinquenta e quatro anos, deputado Zeca do PT. A Dona Gilda também é uma mulher valorosa. Por muitas vezes, ele ganhando ou perdendo, ela sempre estava junto; uma

grande companheira. Um beijo para minha companheira Adriana Corrêa, neste Dia dos Namorados, e para todas as mulheres, comemorando juntos, com o devido respeito que esta Casa tem para com as mulheres.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, posso contar com o voto de Vossa Excelência?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, o deputado Junior Mochi anunciou uma intervenção de caráter emocional, e eu me concentrei ansiosamente esperando a fala dele; então peço perdão por ter atrasado a votação.

Projeto de Lei nº 351/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso encerrar a votação primeiro? Depois Vossa Excelência poderá falar pela ordem. Senhor segundo-secretário, qual o resultado da votação?

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário. Agradeço os votos de todos os colegas deputados e deputadas. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Estou mandando um beijo para minha namorada, a Nancineide, e para todas as nossas namoradas.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Eu vou ceder a palavra, pela ordem, ao ilustre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhores deputados, apenas um minuto. Estamos no mês de junho, na comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, ocorrido no dia 5. Para minha satisfação, recebi uma imagem ontem à tarde, que mostra que, depois de muitos anos, constatamos a piracema novamente na Cachoeira das Palmeiras, em Coxim; uma piracema muito bonita. E eu gostaria de compartilhar o vídeo que me enviaram. Deem uma olhada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito pertinente. Muito pertinente, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Isso e lá no rio Taquari. Segue dezoito quilômetros de asfalto a partir da cidade, depois entra à direita e segue sete quilômetros fora do asfalto, totalizando vinte e cinco quilômetros, onde fica a Cachoeira das Palmeiras, que é um ponto turístico tradicional em Coxim. Nós chamamos isso de "canalão", onde os peixes tentam fazer a subida, mas como a água está baixa, eles não conseguem subir, e ficam ali no rebojo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Lá na Cachoeira das Palmeiras tem a Polícia Ambiental.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Isso foi feito no governo Zeca do PT, quando você era prefeito.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Exatamente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero também dizer que a quantidade de peixes está quase parecida com piscicultura de Dois Irmãos do Buriti, do deputado Zeca do PT.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Está certo! Só isso, senhor presidente. Eu quis apenas compartilhar o vídeo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente! Muito pertinente, deputado. Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Quero agradecer a presença do presidente da Câmara Municipal de Mundo Novo, o vereador Paulão. Apenas isso.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu me somo a Vossa Excelência. Além do Paulão, está aqui também o Evaldo Carlos, Evaldo da Farmácia, vereador de Mundo Novo. Paulão, seja bem-vindo! A Casa é sua, meu irmão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, quatorze indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moção de pesar, proposta pelo deputado João Henrique, transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Daladier Agi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Zeca do PT, em razão do falecimento da senhora Maria da Conceição Almeida Tavares. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de dez minutos, nobre deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, senhor presidente. Estou acrescentando o tempo do deputado Pedro Kemp, com concessão dele, para que eu possa ter vinte minutos, que não sei se serão necessários, pois acredito que consigo falar em dez minutos, senhor presidente; quero apenas deixar registrado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não entendi, nobre deputado. Em nosso Regimento, as Explicações Pessoais têm dez minutos. Vossa Excelência tem os dez minutos garantidos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Dez minutos, mas o Regimento permite que eu faça a soma do tempo, com a concessão do deputado que está inscrito. Então acresço mais dez, sendo vinte minutos no total, com a concessão do deputado Pedro Kemp. Mas acho que não vou precisar dos vinte minutos.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Apenas para deixar registrado. Obrigado presidente. Senhor presidente, colegas parlamentares, recentemente assistimos a um ensaio de quadrilha da festa junina nas redes sociais da Cassems. Foi um ensaio tão bem montado que não poderia deixar de começar minha fala com o que seria, com certeza, o prenúncio de uma queda. Subo aqui para apresentar um requerimento de CPI, cada vez mais consistente, e peço que os colegas desta Casa se levantem. Os fatos que vou trazer aqui neste púlpito do maior órgão fiscalizador e legítimo, segundo a Constituição Federal... Havia uma discussão sobre se a Cassems deve ou não ser fiscalizada por esta Casa. A Constituição Federal e a lei que aprovamos para transferir o recurso não deixam dúvida: qualquer entidade, pública ou particular, que recebe recursos públicos deve ser fiscalizada. A Constituição autoriza essa fiscalização, especialmente na área da saúde. Mostramos aqui que o presidente da Cassems adquiriu uma aeronave que, segundo os sites, custa aproximadamente dez milhões de reais. No site também há aeronaves avaliadas entre um milhão e duzentos mil dólares e um milhão e meio de dólares, de pessoas que são proprietários de empresas que trabalham com a Cassems. Há prova inquestionável dessa aquisição dessa aeronave Xingu. Os sócios dessa aeronave, que talvez tenham entrado de boa-fé, agora a estão vendendo, talvez se arrependendo do negócio e do que pode vir amarrado a essa aeronave. E eu pensava que seria apenas essa aeronave, mas as denúncias não param por aí, pois parece ser apenas uma pontinha do iceberg. Nosso gabinete recebeu informações sobre a compra de um imóvel de vinte e três mil metros quadrados à beira do rio Sucuriú, pelo valor de quinhentos e cinquenta mil reais, oficializados nos registros públicos. Dois meses após essa compra, foi concedido um empréstimo — tendo esse imóvel como garantia — no valor de um milhão de reais. Portanto, já temos evidências de que alguém foi enganado. Se parasse por aí deputado Pedro Kemp, a coisa já ficaria feia. Mas o que acontece é que esse imóvel também foi adquirido do proprietário — em percentual de 50% para cada — da empresa que presta serviços à Cassems. E quando a gente faz uma análise desses vinte e três mil metros quadrados, acaba levando em consideração alguns valores de referência para tirar algumas conclusões quanto ao preço do imóvel e quanto à área construída. A gente entende que se tornou uma mansão, como se fosse um bolo dentro de um pires, ao enxergar que isso se torna um rancho bucólico — para nós que estamos fiscalizando — à beira do rio Sucuriú, com esse médico, proprietário dessa empresa, com área construída de aproximadamente mil cento e vinte metros quadrados. Então nós estamos falando de uma casa, à beira do rio Sucuriú, com mil cento e vinte metros quadrados, sendo que o metro quadrado da área construída naquela região — com base nos sites que hoje apresentam os valores — chega a um preço médio de seis mil,

novecentos e vinte e seis reais que, multiplicado pelos metros quadrados, daria aproximadamente oito milhões de reais para um imóvel na beira do rio Sucuriú, com um proprietário de uma empresa que presta serviços à Cassems. Trago mais essa denúncia, senhor presidente, porque... Vou voltar aqui nesse meu pedido de CPI, ao artigo 2º...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Só um minuto. O artigo 2º da Lei nº 6.106 de 2023, que aprovamos, estabelece no parágrafo único: "Para o devido cumprimento do disposto no caput deste artigo, é obrigatória a prestação de contas correspondente ao valor destinado por esta caixa de assistência dos servidores, com a publicidade de todos os contratos e a devida prestação de contas ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa." Esse ponto é importante — e não concedo o aparte imediatamente a Vossa Excelência — para que possamos entender que, dos sessenta milhões de reais que esta Casa doou à Cassems, aproximadamente dez milhões foram pagos a empresas sem nenhum tipo de contrato, conforme as informações preliminares que consegui após muitos pedidos neste púlpito. Isso representa uma clara violação à Lei nº 6.106/2023, que proíbe pagamentos sem contrato. Em direito público e administrativo não é permitido interpretar a lei de maneira extensiva. Portanto, estamos falando de dez milhões de reais que terão que ser devolvidos aos cofres do estado. Além disso, eu gostaria de destacar que a Cassems possui um orçamento de um bilhão e duzentos milhões de reais, sem prestação de contas a ninguém.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Terminou seu primeiro tempo, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, deputado Paulo Corrêa. Então nós temos um bilhão e duzentos milhões de reais de orçamento. O estado de Mato Grosso do Sul paga todos os meses à Cassems aproximadamente sessenta milhões de reais. Dos sessenta milhões que doamos — e que deveriam ser rigorosamente fiscalizados — dez milhões estão comprometidos. É inegável que não existe nenhum contrato que justifique essa relação umbilical e de sociedade — oculta ou não — cada vez mais evidente e gritante do presidente da Cassems com as empresas que ele escolheu para contratar — e que omitiu contratos ou, simplesmente, não os realizou — em que pese voe em sociedade com essas empresas e com seus proprietários. Concedo o aparte em respeito a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, estou ouvindo atentamente o que Vossa Excelência está trazendo a esta Casa. Vossa Excelência está sugerindo que a Cassems não possui um conselho fiscal ou administrativo adequado. Vossa Excelência está falando que nós aprovamos e que governo doou sessenta milhões de reais para a Cassems; isso não é verdade. Nós aprovamos um aporte financeiro para a Cassems, com o objetivo de acertar as finanças de um órgão de saúde altamente conceituado no Brasil, que atende os servidores de Mato Grosso do Sul. Respeito a visão de Vossa Excelência com muita tranquilidade. Sou deputado estadual, e posso construir à beira de qualquer rio, pagando o preço que desejar por metro quadrado, se for para mim. No entanto, não posso construir para a Assembleia.

Se essa área de lazer foi construída para a Cassems, Vossa Excelência tem o direito de usar a tribuna para fazer essa denúncia. No entanto, sugiro que essa denúncia seja feita diretamente ao Ministério Público. Vou dar minha opinião, e quero que ela seja pública: acredito que será muito difícil aprovar uma CPI aqui na Assembleia contra a Cassems, porque nós temos doze hospitais construídos pelo estado que atendem os funcionários públicos, pela Cassems, com dignidade. Em Dourados, por exemplo, o melhor e mais bem equipado hospital de Mato Grosso do Sul foi construído pela Cassems, e está prestes a começar a fazer transplantes de medula, algo que nenhum outro hospital no estado realiza. O que Vossa Excelência está denunciando aqui é um crime inafiançável! Se alguém pegou dez milhões, de um aporte de sessenta milhões cedido pelo governo aos servidores públicos que têm plano de saúde da Cassems, é um crime inafiançável. Durante a pandemia, a Cassems investiu cento e noventa milhões de reais de seus próprios recursos, segundo os dados que tenho. Se for mentira, é deles! Cabe ao Conselho Fiscal dessa empresa, cujo presidente desconheço, tomar as providências necessárias...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O tempo de aparte de Vossa Excelência se encerrou.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — [trecho inaudível] porque quem fiscaliza a Cassems é o Conselho Fiscal. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, deputado Zé Teixeira, pelo aparte e pela opinião. É muito importante tê-lo aqui na tribuna para esclarecer esses pontos. Acredito que posso mostrar facilmente as irregularidades a Vossa Excelência. Se houver documento é cadeia! Então tenho documentos que comprovam a aquisição de uma aeronave, com registros e matrícula na Anac, por um valor inferior ao de mercado, envolvendo empresas trabalham — com ou sem contrato — dentro da Cassems. Cito, por exemplo, a empresa Oncovita, que está na documentação da aeronave. Além disso, houve a cedência gratuita... Imagine: se Vossa Excelência comprasse quinhentas rezes bovinas, iria — graciosamente, dentro de uma relação comercial — ceder isso a uma pessoa que trabalhasse aqui dentro da Assembleia, e que pagasse o salário de Vossa Excelência. Acho no mínimo estranho a cedência gratuita dessa aeronave sem explicação e sem nenhum tipo de comprovante, se foi onerosa, deputado Zé Teixeira. Também é interessante e incompatível com as receitas aparentes de mercado, a construção de um imóvel à beira-rio no valor de dez cotas dessa aeronave, em sociedade com uma empresa que não presta contas a ninguém, exceto ao seu próprio conselho fiscal, que é eleito por si mesmo, quando deveria prestar contas não só ao conselho fiscal. Mas, e se o conselho fiscal falhar, deputado Zé Teixeira? Cabe a nós, pela Constituição do Estado e pela Constituição Federal, encontrar explicações para todos os contratos. Precisamos entender por que trocaram os contratos de empresas. Cito, por exemplo, a troca da empresa de otorrinolaringologia — que atendia dois mil pacientes por mês — por uma empresa de fora, com atendimento inferior, resultando em filas na Cassems e o represamento de cirurgias e atendimentos eletivos; e quem agoniza é o servidor público do meu estado. Cabe a nós nos levantarmos e fazermos como o estado do Rio de Janeiro, que teve a coragem de abrir uma CPI para investigar os contratos da saúde do estado. Isso nos

será cobrado, por hoje nós temos elementos. Eu subo a esta tribuna com a tranquilidade de quem vai assistir...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...de pé aqui, deputado Paulo Corrêa... Estou de olho no meu tempo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeito.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede-me um aparte, deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu vou concluir, depois concedo um aparte a Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp. Subo hoje à tribuna desta Casa com a tranquilidade de quem assistiu às redes sociais da Cassems anunciando a dança da quadrilha. E, com a mesma tranquilidade, digo: se não for esta Casa, serão outros órgãos que vão colocar a festa junina da Cassems para acontecer dentro dos órgãos de fiscalização do estado de Mato Grosso do Sul ou da União Federal; e cito aqui tranquilamente: o Gaeco e a Polícia Federal. Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, eu gostaria de colocar a Vossa Excelência que tenho acompanhado o trabalho da Cassems nos últimos anos. Uma coisa importante a destacar é o trabalho realizado para baratear custos e diminuir despesas com determinados grupos prestadores de serviços. A Cassems enfrentou lobbies de médicos especialistas nas áreas de oncologia, otorrinolaringologia e outras especialidades, conseguindo, com isso, diminuir custos, inclusive do tratamento oncológico. Estou citando esses exemplos para dizer que a administração da Cassems tem conseguido racionalizar despesas e tem feito um trabalho de excelência nos hospitais que prestam serviços aos servidores do nosso estado, mas, Vossa Excelência está trazendo denúncias muito sérias e graves contra a pessoa física do doutor Ricardo Ayache, presidente da Cassems. Acho que essas questões precisam ser melhor explicitadas antes de fazermos uma denúncia envolvendo a Cassems. Na minha avaliação, a Cassems tem sido bem conduzida e administrada nos últimos anos, economizando e trazendo serviços de qualidade com custos menores. Os sessenta milhões de reais aportados pelo governo do estado, como disse o deputado Zé Teixeira, foram parte do investimento que a Cassems fez na pandemia, salvando muitas vidas e prestando um serviço essencial para a sociedade de Mato Grosso do Sul. Portanto, é preciso discutir melhor essa situação para não macular a imagem de um plano de saúde que é referência nacional. É isso.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço a fala compreensiva de Vossa Excelência, e tenho certeza, deputado Pedro Kemp, que o trabalho que instituições como o Gaeco e a Polícia Federal estão fazendo na Federação Sul-Mato-Grossense de Futebol beneficiará o futebol. O meu trabalho propiciará ganhos para os servidores do estado de Mato Grosso do Sul e para a saúde. Entendo a fala de Vossa Excelência e agradeço o aparte.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Não havendo mais oradores inscritos, vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h40min).